



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Mundo do Trabalho.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL EM COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - NOVA DEMANDA PARA O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO – RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTADO DO TOCANTINS

Daniel Barbosa dos Santos¹

Juraildes Barreira Nunes²

Luzia Amélia Ferreira³

Resumo

O debate da assessoria e prestação de serviços nas áreas da agricultura familiar e economia solidária representam algo novo e desafiador para o serviço social no Brasil. Este assunto se tornou ainda mais relevante no cenário atual por estar inserido nas ações estratégicas da esfera das políticas públicas sociais do país. Neste contexto, este artigo apresenta questões importantes sobre a intervenção profissional do assistente social e estabelece uma relação entre as características tradicionais e as demandas emergentes desse campo profissional, na agricultura familiar e economia solidária.

Palavras-chave: Serviço social; Novas demandas; Cooperativismo; Transformações societárias.

Abstract

The discussion of advisory and service delivery in the areas of family agriculture and solidarity economy represent something new and challenging for social service in Brazil. This issue has become even more relevant in the current scenario because it is inserted in the strategic actions of the sphere of public social policies of the country. In this context, this article presents important questions about the professional intervention of the social worker and establishes a relationship between the traditional characteristics and the emerging demands of this professional field, in family agriculture and solidarity economy.

Keywords: Social service; New demands; Cooperatives; Corporate transformations.

¹ Assistente social, formado pela Fundação Universidade do Tocantins – UFTO. Pós-Graduado Gestão em Serviço Social e Políticas Públicas pela a Faculdade ITOP-UFTO. Cooperado na Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural – COOPTER no Estado do Tocantins, onde atuou como assistente social em equipe técnica de campo e como diretor de formação entre os anos de 2012 até o presente momento. É membro do grupo de formação do Conselho Regional de Serviço Social da 25ª Região -TO. E-mail: <cabralfso@hotmail.com>.

² Assistente social, formada pela Universidade Evangélica Luterana de Palmas – TO. Cooperada da Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural – COOPTER no Estado do Tocantins, Professora da Faculdade ITOP no Curso de Serviço Social desde 2015 até o presente momento. Atualmente é aluna do Programa de mestrado da PUC/UFGO. E-mail: <judnunes@hotmail.com>.

³ Assistente social, Mestre em Serviço Social, formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Foi cooperada da Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural – COOPTER no Estado do Tocantins, onde atuou como assistente social em equipe técnica de campo e como diretora de formação entre os anos de 2001 a 2008. Atualmente está ingressando como servidora pública federal na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: <amelialuzia@hotmail.com>.

1- INTRODUÇÃO

Este trabalho se inspira na importante discussão sobre a segmentação e precarização do mercado de trabalho destacada por Netto (1996), Antunes (1999) e Yamamoto (1999). Essas perspectivas apresentam diferenças entre as requisições do mercado de trabalho e a apropriação do Serviço Social quanto às demandas e lacunas vindas das organizações sociais das classes subalternas, que se tornam relevantes para a pesquisa acadêmica nessa área temática.

Esses autores apresentam diferenças entre as requisições do mercado de trabalho e a apropriação do Serviço Social quanto as demandas as quais considera necessário responder.

No mundo do trabalho, observa-se fortemente a tendência à terceirização, ao trabalho liberal e autônomo, às exigências de novas competências para a afirmação do espaço profissional, que deve conter respostas que atendam “satisfatoriamente” às necessidades, contemplando prioridades e alternativas, elaborando respostas mais qualificadas e legitimadas, incorporando as novas expressões da questão social, definindo papéis e atribuições com outras categorias profissionais.

Em face disso a atuação do assistente social em cooperativas de prestação de serviços torna-se um espaço importante a ser ocupado, uma vez que o profissional trabalha no fortalecimento da organização interna das comunidades rurais em um sentido amplo, ou seja, com relação à conquista e efetivação de direitos, cidadania e democracia, exigindo uma reformulação nas relações estabelecidas com a construção de políticas públicas e de um Estado democrático. O assistente social é chamado a conhecer esses organismos e a propor práticas sociais alternativas.

Um exemplo é o serviço social na Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural - COOPTER, que atua em parceria com os movimentos sociais no Estado do Tocantins e com o organismos governamentais, no desenvolvimento de projetos e assessoria a comunidades rurais assentadas pela Reforma Agrária, reassentadas atingidas por empreendimento hidrelétrico, pescadores artesanais, comunidades de agricultores tradicionais, associações, cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, dentre outros.

Nos tópicos seguintes será apresentado o relato de experiência do trabalho que é realizado pelos assistentes sociais que compõem a cooperativa, fazendo um paralelo

entre a discussão da reestruturação produtiva, as novas demandas postas ao Serviço Social e o cotidiano vivenciado.

2- O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A ATUAÇÃO EM COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A discussão sobre as transformações societárias, mundo do trabalho, reestruturação produtiva e novas demandas para o Serviço Social foi um ponto central no período posterior a 1990 e até os dias atuais.

Neste sentido, observa-se um período de profundas e significativas mudanças que afetam a vida social, política e econômica e repercutem nas profissões de modo geral. As transformações societárias (NETTO, 1996), de modo rápido e intenso, acabam por redimensionar o campo profissional, reordenando as profissões consolidadas, ou criando novas atividades e ramos profissionais, atingindo diretamente a divisão sócio - técnica do trabalho.

Antunes (1999) argumenta que as repercussões das mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho, como a desregulamentação dos direitos do trabalho, o aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, a precarização e a terceirização da força humana que trabalha, a destruição do sindicalismo de classe e a sua conversão num sindicalismo de empresa, dentre outros.

A intensa tecnologização decorrente do processo de modificações do padrão de acumulação capitalista fez, com que o desemprego aumentasse de modo significativo, como considera Iamamoto (1999:33), *“radicais mudanças tecnológicas envolveram uma ampla expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalho”*.

O cenário de globalização, neoliberalismo e privatização acarreta para o assistente social graves problemas com relação a empregos. Essa política desmantela e precariza as relações, determinando “corte de postos de trabalho, fusão de postos, transferência de serviços às regiões e municipalidades na perspectiva de ‘serviços de proximidade’, mas pela subcontratação de serviços profissionais individuais, de empresas ou de cooperativas” (FALEIROS, 1996, pg. 27).

Para Iamamoto (2011),

O aprofundamento das desigualdades sociais e a ampliação do desemprego atestam ser a proposta neoliberal vitoriosa, visto serem

estas suas metas, ao apostar no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas, cabendo aos indivíduos a responsabilidade de “se virarem no mercado”. (IAMAMOTO, 2011: 141)

Complementar a isso, outro fator considerado diz respeito ao terceiro setor ou setor de serviço, nesse universo há o incentivo ao trabalho voluntário, atividades assistenciais, sem fins lucrativos, trabalho em Organizações não Governamentais (ONGs), como uma alternativa limitada de repor as perdas dos postos de trabalho e que acabam se desenvolvendo à margem do mercado.

O assistente social é parte do conjunto de trabalhadores na sociedade capitalista. Ou seja, também é um trabalhador assalariado, que estabelece uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada e dela depende, trabalhando em instituições que demandam ou requisitam a sua atividade profissional.

Esses cortes acabam por incentivar a prática liberal e/ ou privada da profissão de Serviço Social, onde se observam assistentes sociais atuando prestando serviços ao Estado, municípios e organizações privadas, em atividades de consultoria e gestão, mas tudo temporariamente.

Esse cenário de mudanças e rearranjos coloca para o profissional a questão da qualificação e a exigência de novas especializações. O trabalho multidisciplinar na intervenção vem comprovar a necessidade de se articularem saberes diversificados, na busca de estratégias, na definição dos papéis e na articulação do trabalho, contribuindo para um constante processo de reciclagem. A tecnologia passa a fazer parte desse processo, ou seja, através da informática, da internet, das redes sociais, abre-se um importante espaço para a interação entre os grupos sociais; a circulação de informações e conhecimentos se faz de modo muito mais rápido e abrangente, dominar a técnica da informática se torna imprescindível para o assistente social.

Dentro de tal contexto, a articulação da profissão com a realidade torna-se um dos maiores desafios para os profissionais. A investigação, portanto, adquire um peso privilegiado no Serviço Social e a pesquisa é adotada como dimensão integrante do exercício profissional, para que seja possível um acompanhamento da dinâmica da realidade.

As mudanças ocorridas no capitalismo refletem de modo singular na constituição social, econômica e política do país. A abertura da economia ao capital externo e o fenômeno da globalização agravam a recessão e o desemprego, ou seja, a medida que não há investimentos na economia nacional, a tendência é a retração e

crise. Neste sentido, o mercado de trabalho torna-se extremamente seletivo e excludente. Como não há ofertas de emprego em quantidade suficiente, a competitividade profissional se acirra.

O assistente social é o profissional que está mais próximo dessa questão, observando os dilemas da exclusão social em suas diversas formas de manifestação e criando alternativas de atuação frente a essa problemática. Para tanto, é condição que ele desenvolva seu potencial crítico e analítico e seus instrumentos de intervenção, tendo em vista o mercado de trabalho cada vez mais retraído e com tendências a precarização das relações trabalhistas e deterioração das condições sociais de existência dos trabalhadores.

Em pesquisa nacional organizada pelo CFESS (2005), intitulada *Assistentes Sociais no Brasil - Elementos para o estudo do perfil profissional*, concluiu-se que do universo pesquisado 6,81% dos profissionais atuavam em organizações ditas do Terceiro Setor (entidades filantrópicas, Organizações Não-Governamentais – ONGs, Associações, Cooperativas, dentre outras) e apenas 0,11% em cooperativas. Embora a pesquisa confirme a tendência histórica de inserção do Serviço Social na esfera pública (78,16%), observou-se que há muitos profissionais atuando em áreas inovadoras.

Diante dessa diversidade no mercado de trabalho profissional e das novas demandas postas ao Serviço Social, é exigido que o assistente social seja um profissional crítico, propositivo, polivalente, interventivo, pesquisador, questionador e que tenha novas habilidades (teórico, técnica, ético, política), que seja qualificado para atuar em novos espaços (terceiro setor, consultoria, assessoria), que saiba olhar e decifrar a realidade, construir propostas, formular e gerir políticas, romper com a burocracia e o tecnicismo, entender a questão social e recriar as antigas formas de trabalho.

A assertiva de Yamamoto (2009) nos traz a seguinte compreensão sobre os espaços sócio - ocupacionais do assistente social

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). Elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o

significado social e efeitos na sociedade. Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza. (p. 5)

Em se tratando do exercício profissional, Netto (1996) considera que a existência de um mercado crescente e diferenciado em diversos níveis tem possibilitado experiências inovadoras e fecundas, porém a visibilidade acerca destas é ainda muito reduzida. (p.110/111).

No campo das atividades profissionais, este autor considera que as demandas tradicionais e as novas tornam o universo de sujeitos muito mais heterogêneo e complexo, o que exige dos assistentes sociais mais criatividade e eficácia operativa.

Em face disso a atuação do assistente social em cooperativas de prestação de serviços torna-se um espaço importante de atuação, uma vez que o profissional trabalha no sentido de fortalecer a organização interna das comunidades rurais em um sentido amplo, ou seja, com relação à conquista e efetivação de direitos, cidadania e democracia, exigindo uma reformulação nas relações estabelecidas com a construção de políticas públicas e de um Estado democrático. O assistente social é chamado a conhecer esses organismos e a propor práticas sociais alternativas.

3- SERVIÇO SOCIAL E EXPERIÊNCIA EM COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - UM NOVO ESPAÇO DE TRABALHO AOS ASSISTENTES SOCIAIS

Iamamoto (2009) nos referenda que são diversos os espaços ocupacionais que os assistentes sociais ocupam na contemporaneidade. Assim estes precisam ser considerados em sua natureza particular, pois esta é que condiciona o caráter do trabalho realizado, visto que “as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ela se realiza” (IAMAMOTO, 2009, p.19)

Os diferentes espaços sócio - ocupacionais possibilitam a atuação do assistente social em diversas políticas sociais e, ao mesmo tempo, exigem do profissional maior capacidade técnico – político – metodológica para o enfrentamento das manifestações da questão social. Sobre este aspecto, ressalta-se o pensamento de Iamamoto (ibid.), o qual considera que “a contemporaneidade exige um profissional culturalmente versado e

politicamente atento ao tempo histórico, que possua uma competência estratégica e técnica capaz de decifrar a realidade sobre a qual incide sua ação profissional”. (ibid., p.17)

Neste relato, o enfoque será dado a atuação na Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços e Extensão Rural – COOPPTER. Esta cooperativa vem atuando há mais de 20 anos na realização de atividades de ATES e ATER para famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, assentados de Reforma Agrária, pescadores artesanais, extrativistas, mulheres e jovens rurais, atingidos por barragens e comunidades tradicionais. Sua atuação na área de ATER busca estimular o fortalecimento da agricultura familiar através do incentivo de práticas agroecológicas, inclusão produtiva de mulheres e jovens, formalização de empreendimentos econômico solidários, capacitação para autonomia política e social, e organização da produção para comercialização.

A cooperativa tem sua experiência pautada no trabalho com a agroecologia e sistemas de produção sustentáveis, na capacitação de agricultores e agricultoras familiares, na identificação de circuitos locais de comercialização, na orientação técnica para produção de base agroecológica, na constituição e formalização jurídica de empreendimentos econômicos solidários (associação/cooperativa), na orientação técnica para o acesso as políticas públicas de crédito, ATER e compras públicas (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e no estímulo ao fortalecimento da gestão participativa dos agricultores familiares.

No campo organizacional, em 21 anos de existência a COOPTER foi construindo relações de parceria com diversas organizações sociais com atuação na área da agricultura familiar, economia solidária e cooperativismo, no estado do Tocantins bem como em outros estados do Brasil.

A atuação se realiza em projetos tanto com a iniciativa pública através de convênios com o INCRA, como também com a iniciativa privada, como foram os contratos com a INVESTCO - Consórcio construtor da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – UHE Lajeado, em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

A forma própria e diferenciada de atuação dos profissionais que fazem parte da COOPTER faz com que a organização ganhe destaque a nível estadual e nacional

dentro de sua área de atuação, e seja considerada referência no debate do cooperativismo voltado para a agricultura familiar e economia solidária no Estado e região. Neste cenário o assistente social, devido a sua formação generalista e capacidade de atuação, tem papel singular e suas ações fazem a diferença no contexto descrito.

O espaço ocupacional descrito não é exclusivo do assistente social, mas é um campo tensionado pelas relações de poder e de competitividade entre os profissionais. Isto porque o trabalho em cooperativas de prestação de serviços é, em geral, realizado através de uma equipe multidisciplinar, na qual o assistente social é um dos participantes. Geralmente é demandado ao profissional uma especialização técnica, para atuar “como, por exemplo, nas áreas de políticas públicas, educação, habitação, meio ambiente, segurança alimentar, criança e adolescente, relações de gênero e direitos reprodutivos, etc.” (PAZ, 1999, p. 200), além disso, pode contribuir no gerenciamento, desenvolvimento institucional e organizacional das instituições, bem como com movimentos sociais e populares.

Salienta-se que a assistência técnica e extensão rural são fatores imprescindíveis para a agricultura brasileira e são esses serviços que orientam e possibilitam a adoção de uma forma mais adequada de aplicação de recursos das atividades produtivas, além de levarem as diversas políticas públicas para os agricultores. Os serviços técnicos e de extensão rural buscam o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento sustentável e de base territorial e regional. Para tanto, apoiam a criação de processos educativos e metodologias participativas, buscando contemplar a diversidade de sujeitos, bem como apoiar a universalização dos conhecimentos, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesta perspectiva, criou-se uma crescente demanda pelos serviços de extensão rural especializado e acompanhamento diferenciado à agricultura familiar e suas organizações. Este processo fortaleceu e vem fortalecendo as organizações de estruturas cooperativadas, uma vez que as mesmas têm por base os princípios da participação, autogestão, flexibilidade, sustentabilidade, adequação as especificidades locais, descentralização e organização em redes.

O profissional é chamado a desenvolver ações visando a animação e a promoção de serviços especializados às redes de cooperativas, gerando capacidades locais que permitam o fortalecimento do cooperativismo solidário e suas iniciativas econômicas,

para que assim, contribuam na dinamização econômica dos territórios onde estão inseridos.

A atuação do assistente social em cooperativas de prestação de serviços pode ser considerada sob três aspectos básicos: as atividades com caráter pedagógico, as de assessoria e aquelas que são específicas de encaminhamentos a programas e outros. As de cunho pedagógico se referem àquelas ligadas às oficinas, seminários, palestras, rodas de conversa e outras que estimulem ações coletivas e que favoreçam a mobilização e a participação social. As de assessoria se caracterizam como ações mais amplas de orientação, gestão e proposição, principalmente relacionadas as cooperativas e associações. As ações específicas das políticas e programas sociais se referiram à Política de Assistência Social, Política de Saúde, Políticas de Seguridade Social, ao Benefício de Prestação Continuada, ao Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), dentre outros. Estas representam uma possibilidade de contribuição para o fortalecimento dos sujeitos políticos na perspectiva da garantia e/ou ampliação dos direitos sociais, pois se acredita que são nos espaços das políticas públicas que os direitos se efetivam.

Outra ação de fundamental importância desenvolvida com a participação do Serviço Social refere-se à elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Estes são resultado da sistematização das diversas informações, questionamentos e inquietações surgidas ao longo do processo de elaboração dos mesmos. Desta forma, o PDA se constitui como o instrumento de planejamento para o assentamento, de forma a apreender, as perspectivas de desenvolvimento rural que estão subjacentes as mesmas, e que repercutem no sucesso das ações empreendidas para o desenvolvimento dos assentamentos. As atividades definidas para este trabalho são as seguintes: elaboração de plano de trabalho; elaboração de diagnósticos e planejamentos participativos; realização de reuniões e palestras com as comunidades e parcerias envolvidas; elaboração e aplicação de questionários e instrumentos de coleta de dados; sistematização e validação dos dados com as comunidades participantes; elaboração de parecer e análise técnica.

Torna-se importante considerar que outra frente de trabalho desempenhada por assistentes sociais na COOPTER é a Diretoria de Formação e coordenação de projetos e de equipe técnica ou núcleo operacional, como é denominado na ATES. Este é um cargo de representação técnica e política da cooperativa e sua ocupação é decidida em

assembleia por meio de eleição. As principais atividades realizadas nestes cargos são: coordenação de Núcleos Operacionais (equipes técnicas), coordenação geral de projeto, monitoria de cursos e palestras; assessoria a organização de cursos, seminários e eventos relacionados à agricultura familiar; participação como membro de Fórum Estadual de Educação do Campo; participação como membro de Comissão de Seleção e Avaliação de Profissionais; participação como membro de Comissão de Elaboração de Projetos; elaboração de planejamento estratégico e plano de ação, dentre outras.

A descrição das atividades realizadas e a percepção da diversidade de demandas contidas nelas faz-nos refletir sobre a capacidade interventiva que dispõe ou tem que dispor o assistente social no contexto das organizações sociais, quer sejam elas públicas 169 ou privadas. O perfil generalista do assistente social contribui para que este profissional se insira nos mais diferentes contextos de exercício profissional sendo estes permeados ou não pelas competências e atribuições privativas.

O ser rural é muito peculiar em suas relações e se descobre e redescobre dentro de seu próprio sistema de vida. O desafio e por vezes a limitação, diante dessas populações, é perceber e compreender sua realidade. E a compreensão da realidade começa pela percepção que temos a partir dela própria, procurando entender as inter-relações existentes, e isto é que determina nossa atuação nela e sobre ela.

Neste sentido, o definidor de sua prática social será sua compreensão acerca da materialidade do Projeto Ético Político e o seu direcionamento cotidiano. Por isso que é de fundamental importância a inserção do profissional de Serviço Social nesse campo, contribuindo para o exercício da democracia, da cidadania e da conquista de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os enfoques neste artigo foram feitos levando em conta a complexidade e particularidade adotadas pela organização em seu contexto diário e dinâmico. A forma própria e diferenciada da COOPTER faz com que a organização ganhe destaque a nível estadual e nacional dentro de sua área de atuação, e seja considerada referência no debate do cooperativismo voltado para a agricultura familiar e economia solidária. Tendo o assistente social papel de destaque e fazendo a diferença neste contexto.

O cenário apresentado traz uma nova configuração da questão social e novas formas de enfrentamento, o que exige do profissional uma compreensão do processo

social na totalidade contraditória, uma vez que um dos aspectos centrais da questão social hoje é com relação ao desemprego e à precarização das relações de trabalho, da “insegurança do trabalho”, proporcionada pela redução dos direitos sociais e trabalhistas.

Outro ponto a destacar é que, o exercício profissional do assistente social na COOPTER, é orientado pela perspectiva crítica que tem no fortalecimento da luta e organização dos trabalhadores rurais o enfrentamento das expressões da questão agrária. Essa atuação está referenciada pela Lei de regulamentação da profissão, pelo Código de Ética Profissional e pela afirmação do Projeto Ético-político. Mas, infelizmente, esta atuação se realiza, em sua maior parte, sem que haja articulação com a categoria profissional, tendo em vista os espaços que são disponibilizados por meio da produção intelectual, de formação profissional possibilitado pelas universidades, através dos campos de estágio e projeto de extensão e por meio da organização político-profissional representada pelo conjunto CFESS-CRESS.

Sobre os elementos destacados, entende-se que ao assistente social compete, conforme expresso em nosso Código de Ética Profissional⁴, através dos Princípios fundamentais a “defesa intransigente dos direitos humanos”; um posicionamento que “assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais”; um compromisso com “a qualidade dos serviços prestados à população” e um exercício profissional “sem ser discriminado/a, nem discriminar”.

No contexto de atuação nos serviços de assessoria técnica rural o Serviço Social é considerado como uma das profissões que podem desempenhar as atribuições relativas a área social, não sendo de sua exclusividade a atuação nesta área e mesmo a proporção de técnicos é ampliada para as áreas econômica e ambiental, ou seja, em um processo de composição de equipes técnicas é considerado além dos profissionais da área agrônômica, qualquer outro profissional da área social, econômica ou ambiental.

Tal situação dificulta ainda mais a atuação do assistente social neste espaço sócio-ocupacional, visto que concorre, nas mesmas condições, com os profissionais das demais áreas citadas. Este aspecto, nos remete a problematização em torno da identidade profissional e da realização de atribuições específicas à profissão, privativas ou não, mas que os assistentes sociais desempenham de forma particular, devido a sua formação profissional.

⁴ Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução 273/93), disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_cfess.pdf>, acesso em 06 abr. 2015.

No contexto mais específico da ATER, podemos considerar que, ainda que não seja exclusivo, este é um espaço propício para a atuação do assistente social, visto que a amplitude de questões possibilita a atuação tendo como elementos as diferentes políticas sociais (saúde, educação, habitação, assistência social, crédito, dentre outras), tornando este, um espaço, ainda mais desafiador para o profissional.

As situações evidenciadas neste artigo nos remetem à reflexão quanto à necessidade do profissional assistente social ter uma compreensão crítica sobre o seu papel enquanto executor das políticas sociais e da sua necessidade constante de qualificação e de conhecimento da realidade em que está inserido.

É primordial, ainda, que o profissional saiba distinguir o papel do Estado e se colocar como um instrumento para a mediação e ampliação do acesso aos bens e serviços disponibilizados aos beneficiários das políticas. Entender a diferença entre o “direito” e o “favor” no universo de ações que visam o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais no marco da sociedade capitalista e a percepção quanto às manifestações da questão social em seu cotidiano de intervenção e assumir práticas concretas para o seu enfrentamento, tornam-se desafios a serem superados por este profissional.

A atuação do assistente social em cooperativas de prestação de serviços é um exemplo claro deste processo de transformações na sociedade. Surge como uma área de atuação bastante rica e complexa, visto que demanda um certo grau de conhecimento acerca de todas as políticas sociais, pois é nesse campo que apóia sua intervenção. Exige da profissional abertura para o trabalho em equipe, jogo de cintura para mediar as relações e um senso crítico e ético para lidar com as situações cotidianas.

Percebe-se que o assistente social tem se inserido de forma competente, identificando as ações, planejando, executando, avaliando e contribuindo para a democratização das relações de poder nas equipes.

Como considera IAMAMOTO, *“é esse o momento que nos desafia e a ele que temos que dar respostas. E as respostas não são unívocas, visto que coexistem diferentes projetos societários e, conseqüentemente, diferentes projetos profissionais que orientam respostas profissionais também distintas”* (2005:5).

Sendo assim, apresentar o espaço agrário como campo potencial (e real) de inserção do assistente social e neste contexto a configuração do exercício profissional

do assistente social nas manifestações da questão agrária é um dos objetivos que se pretendeu alcançar neste estudo e ainda, citando Iamamoto (2009, p.16), tentar cobrir “uma importante lacuna na literatura especializada recente sobre a temática das competências profissionais numa perspectiva histórico-crítica”.

O que fica claro é que o contexto não é um dos mais fáceis para qualquer profissão que trabalhe com as mazelas da questão social, sobretudo para o assistente social, que a todo momento tenta romper com os resquícios da vertente tradicional/modernizadora e afirmar-se como necessário socialmente. O momento é singular, as mudanças sociais e econômicas, com o advento da globalização, do neoliberalismo e da competição desenfreada, exigem do profissional uma postura ética e uma conduta profissional centrada nas bases do projeto ético-político profissional e no comprometimento com a defesa dos valores de cidadania, democracia e na luta pela efetivação dos direitos, ainda que para muitos seja tudo isso uma utopia.

Por fim, diante do contexto apresentado, entende-se que ainda há muito por fazer, um longo caminho a ser percorrido no sentido do estreitamento das relações e do entendimento quanto ao cooperativismo solidário como espaço sócio – ocupacional e campo concreto no que tange a garantia dos direitos sociais e ao exercício profissional do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e as metamorfoses no mundo do trabalho. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, 50, ano 17, p.78-86, abr. 1996.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (org.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Colaboradores Rosa Prêdes. [et al.]. Brasília: CFESS, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

FERREIRA, Luzia Amélia. **Novas Demandas e Serviço Social: questões presentes e inquietantes**. Monografia (conclusão de curso)-UFJF, Juiz de Fora: UFJF, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche. Capital Financeiro, trabalho e questão social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social; notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, 50, ano 17, pp.87-132, abr.1996.

PAZ, Rosângela Dias O. da. O que é ONG. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, 54, ano 18, jul.1997.